

ALGUMAS QUESTÕES INSISTENTES SOBRE TRADUÇÃO: UMA ENTREVISTA COM PAULO HENRIQUES BRITTO

Patrick Rezende¹
Paulo Henriques Britto²

A produção tradutória no Brasil é intensa. Além de sermos o único país do nosso continente a ter o português como língua oficial, o domínio de uma língua estrangeira é restrito a uma mínima parcela da população e há em nosso território nacional a presença de diversas outras línguas, como as indígenas e a Libras. De tal modo, a tradução, em todas as suas modalidades, é uma atividade essencial que está presente não apenas nos documentos de órgãos oficiais, como o Itamaraty, mas nos portais de notícias, nos rótulos de produtos importados, nas instruções dos manuais, nos *softwares*, nos filmes, nos seriados, nos livros etc.

Somos um país de grandes tradutores, sobretudo quando focamos em tradução literária. Todavia, os profissionais da tradução ainda não possuem, de forma geral, visibilidade e prestígio. Paulo Henriques Britto faz parte de um seleto grupo – que inclui nomes como os irmãos Campos, José Paulo Paes, Paulo Mendes Campos, Barbara Heliodora, Lia Wyler, Mário Quintana e Caetano Galindo –, que é exceção desse panorama.

Reconhecido como um dos mais importantes tradutores da contemporaneidade – em seu currículo consta diversas traduções de grandes escritores, como William Faulkner, Lord Byron, Charles Dickens, Elizabeth Bishop, Salman Rushdie, Philip Roth etc. –, Britto é também aclamado como poeta, prosador e ensaísta. Ganhou em 1997 o Prêmio Alphonsus de Guimaraens, por sua obra *Trovar Claro*, em 2004 o Prêmio Portugal Telecom de Literatura Brasileira, por *Macau*, em 2007 novamente o Prêmio Alphonsus de Guimaraens por *Tarde*, em 2012 ganhou o 8º Prêmio Bravo! Bradesco Prime de Literatura, com o livro *Formas do Nada*, e em 2013 ficou em 2º lugar no prêmio Jabuti pela tradução de *Grandes Esperanças* de Charles Dickens.

Paulo Henriques Britto é também referência nos Estudos da Tradução, sendo professor de tradução, literatura e criação literária na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro,

¹ Doutorando do Programa de Pós-graduação em Estudos da Linguagem da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.

² Professor Associado da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

onde se licenciou em Língua Inglesa e Portuguesa (1978), fez mestrado em Letras (1982) e recebeu o título de Notório Saber (2002).

Com grande satisfação, trazemos para este volume da revista *PERcursos Linguísticos*, vinculada ao Programa de Pós-graduação em Estudos Linguísticos (PPGEL) da Universidade Federal do Espírito Santo, uma entrevista com o tradutor, escritor, poeta e professor Paulo Henriques Britto, na qual são abordados os temas teoria, ensino e ética da tradução.

Patrick Rezende: O senhor poderia nos contar brevemente sobre como foi sua incursão pela tradução e sua decisão de se tornar também professor de tradução?

Paulo Henriques Britto: Comecei meio que por acaso, quando, ainda muito jovem, trabalhava como professor de inglês. Interessado em aumentar minha renda, comecei a fazer trabalhos de tradução, além de dar cursos de tradução prática para os alunos do curso de inglês onde eu trabalhava. Eu ainda era aluno de graduação na PUC quando, poucas semanas antes do início do semestre, o professor que tinha sido contratado para dar uma disciplina de tradução literária adoeceu, e foi necessário encontrar um substituto em caráter de emergência; fui convidado a substituí-lo. No ano seguinte, concluí a graduação e fui contratado regularmente.

PR: Desde o final da década de 70, o senhor é professor da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RIO), onde ministra disciplinas como Tradução de Ficção e Tradução de Poesia. Quais os maiores desafios encontrados ao ensinar sobre tradução e a traduzir?

PHB: No caso da tradução de ficção, a principal dificuldade, a meu ver, é o grande hiato que existe entre a norma culta do português brasileiro e os hábitos linguísticos dos falantes da língua. Para dar apenas um exemplo, há séculos os brasileiros usam pronome sujeito na posição de objeto direto. Os alunos resistem muito à ideia de escrever coisas como "Eu vi ele ontem" ao traduzir uma fala de personagem. E não sem razão: quando comecei a trabalhar como tradutor, mais de quarenta anos atrás, os revisores das editoras não aceitavam essas formas ditas "erradas" em tradução de diálogo. Então o professor tem que fazer todo um trabalho de treinamento com os alunos para que eles escrevam diálogo que pareça natural.

PR: Para o senhor, quais são as maiores dificuldades que os alunos enfrentam ao traduzir, sobretudo, textos literários?

PHB: Além do problema já apontado, referente à linguagem oral, temos também outras dificuldades causadas pelas diferenças mais gritantes entre o inglês e o português, principalmente no que diz respeito aos verbos de movimento, às palavras referentes à percepção sensorial, à estrutura sintática dos sintagmas nominais e ao aspecto verbal, entre outras questões. Para ficar apenas no primeiro problema, o inglês tem um número imenso de verbos de movimento que designam de modo muito específico determinados tipos de movimentação corpórea, gesticulação etc. Atualmente estou lecionando a disciplina Tradução de Ficção, e algumas aulas atrás esbarramos em uma frase praticamente intraduzível, embora o sentido dela esteja bem claro: "*She hoisted the stacked boxes to her hip and jogged them once to get a better grip.*" Se quisermos captar todas as nuances de semânticas dessa frase, o resultado final em português será um verdadeiro mostrengo.

PR: Além de ter centenas de traduções publicadas, o senhor também possui uma produção acadêmica bastante prolífica. A seu ver, quais contribuições as teorias da tradução trazem para a prática tradutória?

PHB: A teoria da tradução pode esclarecer uma série de situações com que o tradutor se depara, apontando soluções ou, às vezes, deixando claro que não há uma solução perfeita, de modo que o tradutor tem que se contentar com formulações apenas parcialmente satisfatórias. O que mais me interessa no campo teórico é o que podemos chamar de análise contrastiva de estruturas de dois idiomas, tema que ocupa boa parte das minhas aulas práticas. Agora, há também um tipo de teorização de pouca relevância prática, muito em voga dez ou quinze anos atrás, que propõe soluções radicais que jamais seriam aceitas no mundo editorial, nem mesmo na tradução de um texto acadêmico que exponha tais propostas. Boa parte dos artigos que publiquei no início da minha atuação no campo contém críticas a esse tipo de teorização.

PR: Em seu livro *Tradução Literária* (2012), o senhor, ao refletir sobre a possibilidade de se avaliar criticamente traduções, posiciona-se de forma contrária a uma das principais teóricas da tradução, Rosemary Arrojo. A seu ver, Arrojo se aproximaria de uma subjetividade absoluta em relação à avaliação de tradução. Para o senhor, no que consistiria essa subjetividade absoluta? Não estaria a teórica apenas marcando que, por ser a tradução sempre sobredeterminada por diversos fatores, discussões como “qual a tradução é melhor?” ou “qual tradutor foi mais fiel?” são despropositais?

PHB: Bem, se essa discussão não tem propósito, ficam suprimidas todas as críticas literárias ou artísticas, bem como o ensino de qualquer prática que seja sobreterminada e em que seja impossível tirar conclusões absolutas: tradução, medicina, engenharia... A ideia é que não posso ensinar alguém a fazer algo da melhor maneira se qualquer juízo de valor é, por definição, incerto. Já que não temos verdades absolutas, não podemos afirmar nada, além de afirmar que não há verdades absolutas. É possível viver assim?

Arrojo afirma que é impossível provar por A mais B que uma tradução é melhor do que a outra, apresentar uma demonstração científica da superioridade de uma solução em relação a outra. Podemos concordar com ela no plano teórico. Mas, o que posso fazer como formador de tradutores numa universidade? Sou obrigado a preparar alunos para o mercado de tradução. Não posso dizer a eles que, sendo impossível uma demonstração científica de que uma tradução melhor que a outra, todas as soluções são igualmente aceitáveis, dependendo da formação do tradutor em questão. As editoras e outros clientes exigem que seus textos sejam traduzidos conforme padrões aceitáveis, e simplesmente não levam em conta posições teóricas que, por princípio, descartam a possibilidade da avaliação de traduções. Todo e qualquer produto lançado no mercado é avaliado pelo consumidor, e as traduções também o são. É verdade que não há padrões rigorosamente científicos para determinar que uma tradução é melhor que a outra, mas isso não quer dizer que um tradutor experiente, com décadas de experiência profissional, não seja capaz de dizer que uma determinada solução é aceitável e outra não é, ou é menos aceitável que a primeira. Tenho que preparar meus alunos para o mundo real, e não para uma parcela da academia que, não praticando a tradução como atividade profissional, pode se dar ao luxo de trabalhar com categorias absolutas.

PR: Em diversos trabalhos, o senhor faz algumas ressalvas às teorias da tradução filiadas à *desconstrução*. Gostaria, entretanto, que senhor pontuasse quais, na sua perspectiva, são as contribuições de tais estudos à prática do tradutor.

PHB: A principal contribuição da desconstrução, que é da maior importância, é sua crítica radical a algumas concepções ingênuas que pontuam a prática tradutória e mesmo a produção teórica de muitos autores. De modo geral, suas afirmativas são irrefutáveis: o sentido não é algo imanente ao texto, e sim construído conjuntamente por autor e leitor num dado contexto; uma tradução é um trabalho criativo e não uma mera reprodução mecânica de um conteúdo transportado de uma forma a outra. O problema surge quando, com base nessa visão teórica, são tiradas conclusões irrealistas. Uma coisa é admitirmos que o original não é uma entidade

estável, porém é lido de modo diferente por leitores e tradutores diferentes em épocas diferentes. Outra coisa é concluir que, dada a fluidez dos textos, é impossível argumentar que uma determinada tradução é melhor que a outra. Minha conclusão é exatamente oposta: justamente *porque* o significado de um texto não é uma propriedade fixa e imanente dele é que é preciso argumentar no sentido de demonstrar a superioridade de uma tradução em relação a outra. Se o sentido estivesse contido no texto de modo evidente e inquestionável, traduzir seria uma atividade mecânica e não seria necessário avaliar traduções: saltaria à vista qual delas é a única correta.

PR: Ainda a respeito da obra *Tradução Literária*, o senhor defende, assim como em outros trabalhos, a fidelidade absoluta como uma meta válida para os tradutores, por mais que saibamos que esta não poderá ser jamais atingida. De tal modo, na impossibilidade de se recriar os incontáveis aspectos presentes no original, caberia ao tradutor decidir quais deveriam ser privilegiados. Como leitor de poesia, quais os elementos que o senhor enxerga como historicamente valorizados? E, como tradutor, quais os que são constantemente privilegiados na sua prática tradutória?

PHB: Uma pergunta muito difícil de responder de modo sucinto. Sim, a meta seria reproduzir na tradução todos os efeitos do original. A meta é inatingível, e por isso o tradutor tem que se esforçar para chegar a ela o mais próximo que puder. A situação é semelhante à do cientista que precisa realizar um experimento num ambiente de zero absoluto, ou de gravidade zero, ou à do cirurgião cuja meta é operar numa sala absolutamente estéril. O zero absoluto, a gravidade zero e a esterilidade absoluta são metas inatingíveis, mas os cientistas e cirurgiões tentam se aproximar delas tanto quanto possível. Assim deve agir o tradutor literário: sua meta é uma tradução que recrie todos os efeitos do original. É inatingível, mas o tradutor tenta aproximar-se dela ao máximo.

Quem tem que decidir o que deve ser privilegiado é o próprio tradutor, porém com base numa leitura atenta do poema original, levando em conta quais são os elementos dele que são valorizados pelo consenso dos leitores. Cada poeta, cada poema é um caso diferente, a ser examinado à parte. Nem sempre isso acontece na prática. Por exemplo, os críticos anglófonos de Whitman sempre destacam o seu uso sofisticadíssimo do ritmo, mas a maioria esmagadora das traduções de seus poemas que conheço só se preocupa com o aspecto semântico, como se o verso livre de Whitman não tivesse nenhuma preocupação rítmica. Quanto a mim, sou sempre

atento para os valores sonoros dos poemas, e dependendo do poema em questão posso até mesmo colocar a questão do ritmo e do som acima do plano semântico.

PR: Barbara Godard (1990) defende a ampliação do que tradicionalmente entendemos como tradução, incluindo sob esse signo outras formas de reescrita, como adaptação, paródia, pastiche, citação etc. Como o senhor enxerga essa ampliação na contemporaneidade, sobretudo com o advento dos estudos culturais, do que é tomado como *tradução*? Como professor de tradução, como o senhor lida com essas diversas formas de reescrita em sala de aula?

PHB: Não concordo com a avaliação de Godard. Está certo que é impossível traçar fronteiras rígidas entre essas diferentes categorias, mas isso não quer dizer que elas não existam. O fato de haver pessoas transexuais ou mesmo hermafroditas não abole o fato de que a imensa maioria das pessoas ou são do sexo masculino e produzem esperma ou são do sexo feminino e produzem óvulos. Por mais que haja hoje em dia pessoas que desafiam a categorização binária de *gênero* — uma criação social, e portanto sujeita a infinitas variações — no plano *genital* a maioria esmagadora dos seres humanos se enquadram, ao nascer, em uma de duas grandes categorias: masculino e feminino. Isso é um fato incontestável, que pode ser provado com os dados fornecidos pelas redes de hospitais e maternidades de qualquer país do mundo; aqui não há nenhuma dificuldade em estabelecer fronteiras nítidas. O mesmo se dá no mundo da tradução: na grande maioria dos casos, é fácil dizer o que é uma tradução e o que é uma adaptação, por exemplo. A tradução de uma peça de Shakespeare feita por Barbara Heliodora ou por Millôr Fernandes é uma tradução, por mais radicais que sejam as diferenças entre os dois textos; já a versão de *Hamlet* para quadrinhos mangá é uma adaptação, como também o é qualquer versão cinematográfica da peça. O famoso *Rubayyât* de Edward FitzGerald é um caso fronteiro, do maior interesse para os teóricos, como é o caso de um bebê hermafrodita, mas não é representativo da vasta maioria dos casos com que trabalhamos. Quanto a mim, só lido em sala de aula nos cursos de graduação com tradução propriamente dita. Adaptação é um mundo diferente, um mundo no qual não me aventuro por falta de conhecimento de causa. Mas existe hoje todo um campo de estudos da adaptação, que deve ser um campo interessantíssimo.

PR: Considerando essa ampliação da tradução, como o senhor entende o trabalho de Mauricio Mendonça Cardozo (2006), que propõe duas *traduções* – *A assombrosa história do homem do cavalo branco* e *O centauro bronco* – para *Der Schimmelreiter*, de Theodor Storm?

PHB: Para mim, um dos textos é uma tradução e o outro é uma recriação livre, uma adaptação, e não uma tradução. Se alguém interessado na obra de Storm procurar um professor de literatura alemã e pedir uma indicação de leitura em português para conhecer melhor esse autor, tenho certeza absoluta de que o professor vai recomendar a tradução e não a adaptação.

PR: O trabalho de Cardozo ocupa um importante local em diferentes discussões nos Estudos da Tradução, com reflexões sobre as relações entre tradutor-autor, ponderações sobre (in)fidelidade, questões relacionadas aos limites do tradutor etc. Gostaria, todavia, de sair do ponto de vista acadêmico para pensar a partir de perspectivas de mercado. A novela de Storm foi publicada pela editora da Universidade Federal do Paraná e, no próprio site da editora, o projeto é apresentado como a união de uma “tradução convencional” e uma “reencenação”. Sendo o senhor um renomado tradutor, como enxerga o trabalho proposto por Cardozo dentro das editoras comerciais?

PHB: O trabalho de Cardozo é do maior interesse para os teóricos da tradução, mas a sua transposição do romance de Storm para o ambiente brasileiro não será aceita por nenhum leitor como uma tradução. Não porque a categoria "tradução" tenha uma essência eterna e transcendente; nada impede que 200 anos atrás, em algumas sociedades, essa adaptação fosse aceita como tradução, ou talvez daqui a 200 anos venha a sê-lo em uma outra sociedade. Do mesmo modo, não há nada de essencial ou transcendente na regra do futebol de que o jogador não pode colocar a mão na bola, a menos que ele seja o goleiro; e não acho inteiramente impossível que daqui a 50 ou 100 anos essa regra mude, como outras já mudaram. Mas se, neste ano de 2017, um jogador que não é goleiro põe a mão na bola durante uma partida, ele comete uma falta. Trata-se de um fato em matéria de futebol, uma regra atual do jogo — e um jogo nada mais é do que um conjunto de regras posto em prática. Se o jogador que pôs a mão na bola reagir ao apito do árbitro com uma argumentação filosófica, alegando que as regras do futebol não são essenciais e poderiam ser outras, o árbitro sem dúvida o expulsará do campo, com toda a razão.

PR: Ainda problematizando a questão, as obras de Cardozo suscitam questões sobre a ética do tradutor. Ambos os volumes que compõem a caixa com a novela de Storm incluem um posfácio extremamente explicativo, sobretudo na versão “não convencional”. Cardozo explica sua concepção de tradução e esclarece sua proposta de dupla tradução da obra. A questão é: como lidar com tais questões em sala de aula, como professor de tradução?

PHB: Num curso de teoria da tradução, numa disciplina de pós-graduação, essa discussão tem o maior interesse. Já numa oficina prática de tradução literária, que visa inserir o tradutor no mercado, essa questão não se coloca. No curso de graduação da PUC, eu formo tradutores para atuarem no mercado de tradução literária, tal como um treinador de jogadores de futebol treina pessoas para jogar futebol. O aluno tem que aprender as regras vigentes no Brasil de hoje.

PR: Além de tradutor e professor universitário, o senhor é um dos poetas mais prestigiados na atualidade, com diversos livros publicados. Alguns de seus poemas foram traduzidos para a língua inglesa, por Idra Novey, e foram publicados, em uma edição bilíngue, sob o título *The Clean Shirt of It*. A tradutora menciona no capítulo introdutório que você colaborou no processo de tradução de imagens e trechos que considerava importante. O senhor poderia nos dar mais detalhes de como foi esse processo? O quanto você interferiu nas decisões tradutórias? Como foi, de maneira geral, a experiência reversa de ser traduzido ao invés de traduzir?

PHB: No começo, tentei interferir, mas logo me dei conta de que eu estava tentando impor a minha visão de tradução de poesia a uma tradutora que tinha todo direito de ter uma visão diferente da minha. Assim, a partir de um certo ponto me limitei a corrigir algumas leituras errôneas do original e dar algumas sugestões. Foi uma experiência muito interessante para mim, que me estimulou a fazer algumas autotraduções.

PR: Vladimir Nabokov, Samuel Beckett, Milan Kundera, Joseph Brodsky e João Ubaldo Ribeiro são alguns dos diversos autores que traduziram suas próprias obras. O senhor considera encarar mais esse desafio em sua carreira de tradutor?

PHB: É o que tenho feito em caráter esporádico. Todos os meus livros de poesia mais recentes contêm pelo menos um ou dois poemas autotraduzidos.

PR: Como tradutor, o senhor acumula um prestigiado currículo com traduções de importantes obras dos mais variados gêneros, indo de Noam Chomsky a Emily Dickinson. Há alguma obra ou autor específico no momento que chama sua atenção para uma futura tradução?

PHB: Tenho alguns que eu gostaria de traduzir por conta própria. Mas só vou ter tempo para isso quando estiver aposentado. Muitos deles são poetas, mas há um romancista que eu gostaria muito de traduzir: Henry Green.

PR: Para finalizar, qual a sua avaliação da situação do tradutor no mercado editorial brasileiro?

PHB: Em comparação com o que era quando comecei nos anos 70, está muito melhor. Mas até hoje a maioria das editoras costuma exigir que o tradutor assine um contrato no qual ele abre mão de qualquer participação nas vendas do livro. Isso nem sempre ocorre; há casos em que a editora propõe no contrato o pagamento de direitos autorais. Mas fica sempre a critério da editora. Na maioria esmagadora dos casos, o tradutor que se recusar a assinar um contrato de cessão de direitos autorais provavelmente não receberá mais trabalho da editora em questão. Então a situação do tradutor melhorou, mas ainda está longe de ser a ideal.

Referências das obras mencionadas na entrevista

BRITTO, P. H. *A tradução literária*. Rio de Janeiro: civilização brasileira, 2012.

GODARD, B. Theorizing feminist discourse/translation. In: BASSNETT, S.; LEFEVERE, A (Orgs.) *Translation, history and culture*. London: Pinter, 1990.

STORM, T. *A assombrosa história do homem do cavalo branco* – da novela Der Schimmelreiter (1888). Tradução de Maurício Mendonça Cardozo. Curitiba: Editora UFPR, 2006.

_____. *O centauro bronco*– da novela Der Schimmelreiter (1888). Tradução de Maurício Mendonça Cardozo. Curitiba: Editora UFPR, 2006.

Algumas obras recentemente traduzidas por Paulo Henriques Britto

DELILLO, D. *Zero K*: romance. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

DICKENS, C. *Grandes esperanças*. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2012.

FAULKNER, W. *O som e a fúria*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

PYNCHON, T. *O último grito*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

STEVENS, W. *O imperador do sorvete e outros poemas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

Algumas obras autorais de Paulo Henriques Britto

BRITTO, P. H. *Mínima lírica*. São Paulo: Duas cidades, 1989.

_____. *Trovar claro*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

_____. *Macau*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

_____. *Paraísos artificiais*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004